

Diferenças de gênero em psiquiatria forense no âmbito criminal: revisão integrativa da literatura comparativa e implicações para a lacuna brasileira

Gender differences in forensic psychiatry in criminal justice settings: integrative review of the comparative literature and implications for the brazilian gap

Diferencias de género en psiquiatría forense en el ámbito penal: revisión integradora de la literatura comparativa e implicaciones para la brecha brasileña

1 Felipe Pizzolo



[ORCID](#) - [Lattes](#)

2 Renata Guerreiro de Jesus - [ORCID](#) - [Lattes](#)

3 José Francisco Ferreira Cioffi - [ORCID](#) - [Lattes](#)

4 Rogério Götttert Cardoso - [ORCID](#) - [Lattes](#)

Filiação dos autores: **1** [Médico especializando em Psiquiatria Fundação Universitária Mário Martins, FUMM, Porto Alegre, RS, Brasil]; **2, 3** [Médicos, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, RS, Brasil]; **4** [Médico psiquiatra clínico e perito forense. Docente, Fundação Universitária Mário Martins, FUMM, Porto Alegre, RS, Brasil. Mestrando em Salud Mental y Forense, Universidad Nacional de La Plata, Buenos Aires, Argentina].

Editor Chefe responsável pelo artigo: Lisieux Elaine de Borba Telles

Contribuição dos autores segundo a [Taxonomia CRediT](#): Pizzolo F [1, 2, 5, 6, 7, 13, 14], Jesus RG, Cioffi JFF [1, 5, 14], Cardoso RG [1, 6, 10, 14].

Conflito de interesses: declaram não haver

Fonte de financiamento: não se aplica

Parecer CEP: não se aplica

Inteligência generativa: Os autores declaram o uso da IA [ChatGPT/GPT-](#)

[4](#) como auxílio na escrita do manuscrito, incluindo suporte na formulação textual, revisão de estilo e organização de referências. Todo o conteúdo factual, a análise crítica dos estudos, a interpretação dos dados e as conclusões foram elaborados, verificados e aprovados pelos autores humanos. A responsabilidade pelo conteúdo científico, metodológico e ético do manuscrito é exclusiva dos autores.

Recebido em: 26/05/2026

Aprovado em: 30/09/2026

Publicado em: 16/10/2026

Como citar: Pizzolo F, Jesus RG, Cioffi JFF, Cardoso RG. Diferenças de gênero em psiquiatria forense no âmbito criminal: revisão integrativa da literatura comparativa e implicações para a lacuna brasileira. Debates Psiquiatr. 2026;16:1-32, e1613. <https://doi.org/10.25118/2763-9037.2026.v16.1613>

RESUMO:

Introdução: Parte da literatura criminológica e forense aponta foco histórico em populações masculinas, negligenciando especificidades de gênero das mulheres infratoras. Compreendê-las é fundamental para intervenções eficazes. **Objetivo:** Revisar a literatura internacional sobre mulheres e diferenças de gênero em psiquiatria forense no âmbito criminal, com ênfase em estudos comparativos, e explicitar a lacuna brasileira nesse contexto. **Método:** Revisão integrativa, estruturada por PECO, com relato avaliado por domínios [STROBE](#) adaptados, de estudos observacionais (2008–2025) em [PubMed](#), [BVS](#), [SciELO](#) e [PsycINFO](#) sobre mulheres, comparação de gênero ou instrumentos de risco forense. **Resultados:** Dos 740 registros, 84 foram lidos na íntegra e seis compuseram a análise final. Todos observacionais, de países de alta renda. Predominaram diagnósticos do Cluster B, com maior frequência de transtorno de personalidade borderline em mulheres e antissocial em homens. **Discussão:** A dicotomia do Cluster B pode refletir não apenas diferenças fenomenológicas, mas também viés de gênero na atribuição diagnóstica, com desregulação emocional feminina lida como borderline e conduta masculina como antissocial, com repercussões periciais. A vitimização prévia, sobretudo abuso sexual na infância, distinguiu as trajetórias femininas. **Conclusão:** Somam-se ao perfil diagnóstico a assimetria da vitimização infantil, a maior inserção social das mulheres no momento do delito e seu contato prévio mais frequente com serviços de saúde, sinalizando janelas de

prevenção subaproveitadas. A ausência de estudos brasileiros comparativos na síntese limita a generalização e reforça a urgência de pesquisas nacionais com desenho comparativo de gênero e de abordagens sensíveis ao trauma e ao contexto socioeconômico.

Palavras-chave: psiquiatria legal, mulheres, psicopatologia, prisioneiros, fatores sexuais

ABSTRACT:

Introduction: Part of the criminological and forensic psychiatric literature has historically focused on male populations, neglecting gender specificities of female offenders. Understanding these differences is crucial for effective interventions. **Objective:** To review the international literature on women and gender differences in forensic psychiatry in criminal justice settings, with emphasis on comparative studies, and to highlight the Brazilian gap in this context. **Methods:** Integrative review structured by PECO, with reporting assessed using adapted [STROBE](#) domains, of observational studies (2008–2025) in [PubMed](#), [BVS](#), [SciELO](#) and [PsycINFO](#) on women, gender comparisons or forensic risk instruments. **Results:** Of 740 records, 84 underwent full-text reading and six were included in the final analysis. All were observational studies from high-income countries. Cluster B disorders predominated, with more borderline diagnoses in women and antisocial diagnoses in men. **Discussion:** The Cluster B dichotomy may reflect not only phenomenological differences but also gender bias in diagnostic attribution, with female emotional dysregulation read as borderline and male conduct as antisocial, with repercussions for forensic assessment. Prior victimization, especially childhood sexual abuse, emerged as a distinctive factor in female trajectories. **Conclusion:** Beyond the diagnostic profile, the asymmetry of childhood victimization, women's greater social integration at the time of the offence and their more frequent prior contact with health services stand out, signalling missed windows for prevention. The absence of Brazilian comparative studies in the synthesis limits generalization and reinforces the urgency of national gender-comparative research and of approaches sensitive to trauma and socioeconomic context.

Keywords: forensic psychiatry, women, psychopathology, prisoners, sex factors.

RESUMEN:

Introducción: Parte de la literatura criminológica y forense se ha centrado en poblaciones masculinas, descuidando las especificidades de género de las infractoras. Comprenderlas es fundamental para intervenciones eficaces. **Objetivo:** Revisar la literatura internacional sobre mujeres y diferencias de género en psiquiatría forense en el ámbito penal, con énfasis en estudios comparativos, e identificar la brecha brasileña en ese contexto.

Método: Revisión integradora, estructurada por PECO, con reporte evaluado mediante dominios [STROBE](#) adaptados, de estudios observacionales (2008–2025) en [PubMed](#), [BVS](#), [SciELO](#) y [PsycINFO](#) sobre mujeres, comparación de género o instrumentos de riesgo forense.

Resultados: De 740 registros, 84 pasaron a lectura completa y seis integraron la síntesis. Todos observacionales, de países de altos ingresos.

Predominó el clúster B, con más diagnósticos límite en mujeres y antisociales en hombres. **Discusión:** La dicotomía del clúster B puede reflejar no solo diferencias fenomenológicas, sino también sesgo de género en la atribución diagnóstica, con la desregulación emocional femenina leída como límite y la conducta masculina como antisocial, con repercusiones periciales. La victimización previa, sobre todo el abuso sexual infantil, distinguió las trayectorias femeninas.

Conclusión: Se suman al perfil diagnóstico la asimetría de la victimización infantil, su mayor inserción social en el momento del delito y su contacto previo más frecuente con servicios de salud, señalando ventanas de prevención desaprovechadas. La ausencia de estudios comparativos brasileños limita la generalización y refuerza la urgencia de investigación nacional comparativa por género y de enfoques sensibles al trauma y al contexto socioeconómico.

Palabras clave: psiquiatría legal, mujeres, psicopatología, prisioneros, factores sexuales

INTRODUÇÃO

A psiquiatria forense, campo de interseção entre a medicina mental e o direito, tem historicamente moldado seus paradigmas a partir de observações em populações predominantemente masculinas. Esta característica “androcêntrica” da pesquisa forense resultou em uma lacuna de conhecimento sobre as especificidades das trajetórias de mulheres infratoras, cujas necessidades clínicas e psicossociais frequentemente divergem de seus pares masculinos.

Tradicionalmente, a criminalidade feminina tem sido interpretada sob lentes que variam entre a patologização excessiva e a invisibilização. No

entanto, estudos seminais [1] sugerem que o perfil das mulheres em contexto forense é marcado por uma complexa teia de vulnerabilidades, na qual a vitimização prévia constitui fator de risco relevante associado ao comportamento infracional. A manifestação de psicopatologias e a prevalência de diagnósticos específicos, por sua vez, parecem ser mediadas por questões de gênero e por critérios diagnósticos que podem favorecer determinadas categorias em detrimento de outras.

No contexto da América Latina, e especificamente no Brasil, o desafio é ainda maior. A aplicação de medidas de segurança em Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) carece de dados sistematizados que permitam compreender a realidade dessas mulheres. Fatores socioeconômicos, como pobreza, baixa escolaridade e isolamento social, articulam-se com a questão de gênero, agravando a marginalização e dificultando a reinserção social.

Nota metodológica: As associações aqui mencionadas entre perfil socioeconômico e trajetória forense no Brasil são inferidas a partir da literatura internacional e do censo carcerário nacional [2], configurando hipóteses que demandam validação empírica específica em estudos forenses psiquiátricos brasileiros.

Esta revisão integrativa propõe-se a preencher parte deste hiato, analisando a produção científica publicada entre 2008 e 2025. O foco recai sobre três eixos fundamentais: as psicopatologias prevalentes, os determinantes socioeconômicos e as variações geográficas, com especial atenção à realidade latino-americana. Ao integrar evidências de diferentes contextos, busca-se não apenas sintetizar o conhecimento atual, mas também identificar lacunas críticas que fundamentem políticas públicas mais equitativas e sensíveis ao gênero na psiquiatria forense.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura conduzida conforme o método proposto por [3], complementado pelas seis etapas de [4]: (1) identificação do tema e seleção da pergunta de pesquisa; (2) estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; (3) identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; (4) categorização dos estudos; (5) análise e interpretação dos resultados; e (6) apresentação da síntese do conhecimento. O processo de seleção envolveu dois revisores independentes, e as divergências foram resolvidas por consenso em

reunião conjunta. Não foi calculado índice kappa, em razão da natureza qualitativa da seleção e da análise temática, que envolveu categorização indutiva dos achados.

Formulação da pergunta de pesquisa (PECO)

A pesquisa foi estruturada segundo o formato PECO, conforme recomendado para revisões integrativas em saúde:

- População (P): mulheres em contexto de psiquiatria forense (medida de segurança, internação forense, avaliação psiquiátrica forense)
- Exposição (E): condições clínicas, diagnósticos psiquiátricos e trajetórias institucionais
- Comparação (C): dados disponíveis de homens no mesmo contexto ou literatura geral
- Desfecho (O): padrões de necessidades clínicas, diagnósticos prevalentes e desfechos de encaminhamento

A pergunta norteadora foi: “Quais são as características clínicas, psicopatológicas e socioeconômicas de mulheres em contexto de psiquiatria forense, e como esses padrões diferem dos observados em homens no mesmo contexto?”

Estratégia de busca

As buscas foram realizadas em dezembro de 2025 nas seguintes bases de dados:

- [PubMed \(MEDLINE\)](#)
- [BVS](#) (LILACS + Coleção Completa)
- [SciELO](#)
- [PsycINFO](#) (via Portal CAPES)

As estratégias de busca efetivamente executadas, adaptadas à sintaxe de cada base, foram:

- [PubMed](#): (“Forensic Psychiatry”[Mesh] OR “Insanity Defense”[Mesh]) AND (“Women”[Mesh] OR “Female”[tiab]) AND (2008:2025[dp]) — 282 resultados

- [BVS](#): psiquiatria forense mulher — 285 resultados
- [SciELO](#): (psiquiatria forense OR forensic psychiatry) AND (mulher OR women OR female) — 131 resultados
- [PsycINFO](#): forensic psychiatry women — 42 resultados

Para as bases [BVS](#), [SciELO](#) e [PsycINFO](#), foram utilizadas estratégias de busca simplificadas em razão de limitações técnicas das respectivas interfaces de pesquisa no período da coleta (dezembro de 2025): as interfaces web dessas bases não suportavam consistentemente a execução de strings com operadores booleanos complexos e campos específicos (título, resumo, [DeCS/MeSH](#)) sem retornar erros de sintaxe ou resultados vazios. Após tentativas frustradas de reproduzir as strings completas utilizadas no [PubMed](#), optou-se por termos de busca simplificados que refletissem os descritores centrais. Essa limitação é reconhecida e pode ter reduzido a sensibilidade da busca, especialmente para literatura regional. As estratégias planejadas e as efetivamente executadas encontram-se no [Apêndice A](#).

O período de cobertura foi de 2008 a 2025. O limite inferior de 2008 foi definido para incluir o estudo seminal de [[1](#)], que estabeleceu os parâmetros empíricos para comparação de trajetórias forenses entre gêneros e constitui referência de destaque na área. Estudos anteriores a esse recorte, notadamente [[5](#)], foram incorporados como referências teóricas para fundamentar a construção histórica da revisão, sem integrar a busca sistemática propriamente dita.

Critérios de elegibilidade

Foram elegíveis artigos observacionais (transversais, retrospectivos ou de coorte), publicados em inglês, português ou espanhol, que abordassem mulheres adultas em contexto forense, comparassem homens e mulheres ou avaliassem, por gênero, instrumentos de risco com aplicação forense. Foram priorizados estudos comparativos e conduzidos na América Latina. Apenas estudos primários observacionais compuseram a síntese final.

Foram excluídos editoriais, cartas, estudos de caso e séries de casos com amostras inferiores a 10 participantes ($n < 10$), estudos focados exclusivamente em tratamento farmacológico sem dados epidemiológicos e estudos de populações carcerárias sem diagnóstico psiquiátrico documentado.

Seleção e análise

A triagem inicial foi realizada por título e resumo, seguida de leitura integral para confirmação da elegibilidade. A extração de dados focou nas variáveis de identificação, desenho do estudo, perfil psicopatológico, determinantes socioeconômicos e contexto geográfico.

A análise dos estudos incluídos foi conduzida por meio de **análise temática qualitativa**, utilizada para organizar a síntese integrativa. Dois revisores independentes realizaram a extração e codificação dos dados em formulário padronizado com variáveis predefinidas (características do estudo, população, desenho, principais achados e qualidade metodológica). Os três eixos temáticos, perfil psicopatológico e diagnóstico, determinantes socioeconômicos e história de vitimização, e variações geográficas e contexto institucional, foram definidos a priori com base no framework PECO e na revisão teórica de [6] sobre pathways de mulheres infratoras. A codificação dos dados seguiu abordagem temática descritiva [7], com categorização indutiva dos achados emergentes.

Discordâncias entre revisores foram resolvidas por consenso em discussão conjunta, com arbitragem de um terceiro revisor quando necessário. A análise foi realizada sem software especializado, utilizando planilhas estruturadas para extração e síntese dos dados. Essa abordagem qualitativa substitui qualquer sistema de pontuação ad hoc, alinhando-se às recomendações metodológicas para síntese de evidências em revisões integrativas.

Fluxo de seleção dos estudos

O processo de seleção dos estudos está sintetizado na [Figura 1](#), com base exclusivamente nas contagens relatadas no manuscrito.

Registro do protocolo

Conforme as diretrizes metodológicas para revisões integrativas propostas por [3], o presente estudo foi conduzido mediante protocolo elaborado pelos autores, com definição *a priori* dos critérios de elegibilidade, da estratégia de busca e do plano de análise. O método integrativo adotado enfatiza a síntese qualitativa e a categorização temática, distinguindo-se das revisões sistemáticas voltadas à meta-análise quantitativa, nas quais o registro em bases como [PROSPERO](#) é uma prática de transparência frequentemente adotada [8].

A ausência de registro prévio em [PROSPERO](#) constitui limitação reconhecida deste estudo, embora justificável pelo desenho metodológico qualitativo, adotando-se síntese temática integrativa. Estudos futuros na área poderiam beneficiar-se de registros protocolares padronizados, especialmente à medida que as políticas editoriais evoluem em direção a requisitos crescentes de transparência metodológica.

RESULTADOS

A busca sistemática retornou um total inicial de 740 referências. Após aplicação dos critérios de elegibilidade — com exclusão de 656 registros por título e resumo —, 84 estudos foram selecionados para leitura integral. Após análise crítica dos textos completos, seis estudos demonstraram relevância direta para os três eixos temáticos da pesquisa (psicopatologia, determinantes socioeconômicos e contexto geográfico), constituindo a base empírica principal desta síntese.

Tabela resumo dos estudos incluídos

A [Tabela 1](#) apresenta a síntese dos seis estudos incluídos na análise final, com informações sobre autor, ano, país, tamanho amostral, desenho metodológico e foco temático principal. Enquanto a [Tabela A1](#) apresenta a caracterização detalhada dos seis estudos incluídos na análise empírica principal, com informações sobre referência, desenho metodológico, país de origem, tamanho amostral e critério de inclusão principal.

Avaliação da qualidade metodológica dos estudos incluídos

A qualidade descritiva do relato dos estudos incluídos foi examinada mediante adaptação de domínios das diretrizes STROBE ([Strengthening the Reporting of Observational Studies in Epidemiology](#)) para estudos observacionais [14], sem constituir instrumento formal de risco de viés. Considerando a heterogeneidade dos desenhos observacionais incluídos, aplicaram-se os critérios de forma flexível, com ênfase nos seguintes domínios: (1) definição e representatividade da amostra; (2) descrição clara de variáveis e desfechos; (3) controle de confundidores; (4) tratamento de dados faltantes; (5) adequação da análise estatística; (6) discussão de limitações; e (7) declaração de conflitos de interesse.

Justificativa da escolha do STROBE em detrimento do ROBINS-I

A ferramenta ROBINS-I ([Risk Of Bias In Non-randomized Studies of Interventions](#)) foi desenvolvida especificamente para avaliar risco de viés em estudos que comparam intervenções [15], o que não corresponde ao

escopo desta revisão — que examina perfis descritivos e comparativos de populações forenses, não eficácia de tratamentos. O [STROBE](#), por sua vez, avalia a qualidade do *relato* metodológico de estudos observacionais, sendo mais apropriado para o desenho integrativo adotado. Reconhece-se, contudo, que o [STROBE](#) não substitui uma avaliação formal de risco de viés causal; portanto, as conclusões desta revisão são apresentadas como *descritivas e exploratórias*, sem pretensão de inferência causal.

Nenhum estudo foi excluído *post hoc* em função da qualidade, conforme recomendação para revisões integrativas [3], mas a força das conclusões foi ponderada à luz da qualidade do relato e das limitações metodológicas descritas. [Tabela 2](#)

Impacto das limitações na força das conclusões

O controle de confundidores foi limitado ou não uniformemente reportado nos estudos incluídos, restringindo a capacidade de estabelecer associações causais entre vitimização, psicopatologia e criminalidade. A descrição incompleta de dados faltantes em parte dos estudos também dificulta a avaliação de viés de seleção. Consequentemente, as conclusões desta revisão devem ser interpretadas como *descritivas e exploratórias*, indicando padrões que demandam confirmação em estudos longitudinais com controle rigoroso de confundidores. [Tabela 3](#)

Aspectos éticos

Por se tratar de revisão integrativa de literatura, sem coleta de dados primários em seres humanos, o presente estudo não necessitou de aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme Resolução CNS 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde [16] e prática usual em revisões de literatura. Não houve acesso a dados individuais identificáveis ou a informações protegidas por sigilo legal. A análise baseou-se exclusivamente em dados agregados e resultados previamente publicados.

Distribuição geográfica

A análise dos estudos incluídos revela assimetria profunda na produção do conhecimento ([Tabela 4](#))

Todos os estudos incluídos na síntese empírica foram conduzidos em países de alta renda, cujos sistemas jurídicos e de saúde diferem substancialmente da realidade brasileira e latino-americana.

Perfil psicopatológico e diagnóstico (Eixo 1)

Os dados sugerem padrões distintos de psicopatologia entre gêneros, indicando que a manifestação e, crucialmente, a interpretação clínica do transtorno mental, opera de forma generificada no ambiente forense.

Transtornos de personalidade: o viés diagnóstico

A prevalência de transtornos de personalidade (TP) é elevada em ambos os sexos, mas a distribuição categorial apresenta dicotomia clara:

- Mulheres: maior frequência de transtorno de personalidade borderline (TPB) e dependente. Em estudos sobre stalking, o diagnóstico de TPB surge como rótulo frequentemente associado à desregulação emocional de mulheres infratoras [5, 13].
- Homens: o diagnóstico de transtorno de personalidade antissocial (TPAS) é mais frequente. A literatura associa sintomas de externalização na infância a padrões de conduta antissocial na vida adulta, trajetória mais frequentemente documentada em homens [1, 13].

Henrichs et al. (2015) [9], ao analisarem perpetradores de violência por parceiro íntimo (VPI) em uma amostra de 119 pacientes ambulatoriais forenses holandeses, encontraram que o transtorno explosivo intermitente foi significativamente mais associado a este grupo do que a perpetradores de violência não íntima, sugerindo especificidade psicopatológica ligada à impulsividade reativa.

Uso de substâncias e comorbidades

Embora a prevalência de abuso de substâncias no momento do crime tenha sido alta e semelhante entre os gêneros: 64% das mulheres (27/42; um caso com informação faltante) e 67% dos homens (29/43), conforme [1], a dinâmica de uso pode diferir entre homens e mulheres, exigindo estratégias de manejo diferenciadas.

Além do trauma e do uso de substâncias, outras comorbidades psiquiátricas demandam atenção na avaliação forense feminina. A literatura complementar sobre saúde mental forense feminina descreve também comorbidades de humor, ansiedade e transtornos psicóticos; contudo, esses achados não foram avaliados de modo homogêneo nos seis estudos incluídos e, por isso, não devem ser interpretados como síntese empírica principal desta revisão. A integração mais sistemática de

comorbidades psiquiátricas não relacionadas ao trauma constitui limitação a ser abordada em revisões futuras.

Determinantes socioeconômicos e vitimização (Eixo 2)

A análise dos determinantes sociais revelou o padrão mais consistente entre os estudos incluídos: a associação entre vitimização prévia e trajetória forense feminina.

A Assimetria da Vitimização

Os dados comparativos de [1] sobre homicidas na Suécia fornecem padrões consistentes na literatura sobre as diferenças nos antecedentes psicossociais ([Tabela 5](#))

No estudo sueco [1], enquanto a trajetória masculina é frequentemente marcada por externalização precoce de agressividade (45%, 18/40 homens), a trajetória feminina é caracterizada pela internalização de traumas decorrentes de ambiente familiar disfuncional e abusivo. Nesse estudo, a taxa de abuso sexual na infância em mulheres foi quase sete vezes superior à observada em homens (34%, 14/41 mulheres vs. 5%, 2/41 homens). A razão de prevalência de abuso sexual na infância foi aproximadamente 7,0 vezes maior em mulheres do que em homens (34%, 14/41 vs. 5%, 2/41; [Tabela 5](#)).

O "paradoxo social" da mulher infratora

Contrariando o senso comum, os resultados indicam fenômeno paradoxal entre mulheres homicidas: no momento do crime, elas apresentavam inserção social mais estruturada que seus pares masculinos:

- Situação conjugal: 66% (27/41) das mulheres eram casadas ou coabitavam, contra 35% (13/37) dos homens ($p < 0,01$).
- Maternidade: 67% (29/43) das mulheres tinham filhos, contra 37% (16/43) dos homens ($p < 0,01$).
- Habitação: a maioria das mulheres residia em moradias próprias ou alugadas, enquanto uma minoria dos homens estava em situação de rua ($p < 0,01$).

Este "paradoxo social" sugere que, naquele estudo, parte importante da violência cometida por mulheres ocorreu em contextos de vínculos familiares ou conjugais relativamente preservados; a hipótese de relação

com violência doméstica prévia é plausível, mas requer confirmação em estudos especificamente desenhados para esse fim.

Rede de proteção e contato prévio com serviços

O estudo [1] identificou que 51% (22/43) das mulheres buscaram ativamente ajuda profissional (psiquiátrica ou social) no período anterior ao crime, em comparação a 16% (7/43) dos homens. Esse achado documenta contato prévio com serviços de saúde, embora o desenho retrospectivo não permita avaliar a suficiência, a tempestividade ou a efetividade das intervenções recebidas.

Variações geográficas e o contexto da América Latina (Eixo 3)

A revisão apontou hegemonia de estudos provenientes de países de alta renda (EUA, Canadá, Suécia, Holanda e Itália), cujos sistemas forenses possuem fluxos bem definidos entre a justiça e a saúde mental. Os achados descritos a seguir devem ser interpretados como provenientes de contextos de alta renda, com cautela quanto à generalização para países de renda média ou baixa.

- Europa: estudos focam em coortes nacionais e registros de saúde centralizados (por exemplo, na Suécia), permitindo análises longitudinais robustas.
- EUA: as pesquisas tendem a utilizar grandes bases de dados criminológicos, com foco em tipologias de crime.
- América Latina: a revisão identificou escassez de estudos brasileiros comparativos elegíveis nas bases e estratégias utilizadas, o que sugere lacuna relevante na literatura indexada recuperada e limita a capacidade de formular recomendações baseadas em evidências locais.

DISCUSSÃO

A presente revisão integrativa permitiu identificar diferenças que caracterizam as experiências de homens e mulheres no sistema de psiquiatria forense em contextos de alta renda (Europa e América do Norte), onde estão concentrados os seis estudos incluídos. Os resultados apontam para padrões de vulnerabilidade, possível viés institucional e falhas sistêmicas de proteção nesses contextos.

A discussão distingue, quando pertinente, entre **(a)** achados empíricos diretamente derivados dos estudos incluídos e **(b)** interpretações teóricas fundamentadas em literatura complementar, que demandam validação empírica em contextos latino-americanos.

O diagnóstico como ferramenta de gênero

A dicotomia diagnóstica "Borderline (Feminino) vs. Antissocial (Masculino)" levanta questões fundamentais sobre a prática clínica forense. A literatura sobre estereótipos de gênero em serviços forenses descreve que a desregulação emocional e os comportamentos de autolesão de mulheres podem ser interpretados como "manipulativos" ou "carentes de atenção", rótulos frequentemente associados ao diagnóstico de transtorno de personalidade borderline. Em contraste, a agressividade instrumental masculina tende a ser interpretada como traço antissocial [17].

Esse viés não é apenas semântico; ele pode influenciar prognóstico, manejo clínico e decisões periciais. A ausência de uma lente de gênero na avaliação pericial corre o risco de patologizar reações ao trauma, transformando estratégias de enfrentamento em sinais patológicos.

A literatura sobre estereótipos de gênero na prática pericial e clínica [17] documenta que clínicos e peritos tendem a aplicar rótulos diagnósticos diferenciados com base em expectativas de gênero, mesmo quando apresentados com perfis sintomatológicos idênticos. Essa tendência, que pode tanto refletir viés inconsciente quanto padrões reais de apresentação clínica, reforça a necessidade de instrumentos de avaliação padronizados e validados por gênero, bem como de treinamento específico para reduzir o impacto de estereótipos nas decisões forenses.

O padrão de trauma na trajetória forense feminina

A associação observada entre abuso sexual na infância e trajetória forense feminina [1] aponta o trauma como marcador relevante do envolvimento de mulheres com o sistema forense. Em contraste com a externalização precoce de agressividade mais frequentemente documentada entre homens, trajetórias femininas podem envolver maior internalização de experiências adversas, embora essa interpretação demande confirmação em estudos longitudinais.

Isso sugere que intervenções em contextos forenses femininos podem se beneficiar da incorporação de abordagens sensíveis ao trauma e ao transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), embora estudos específicos

ainda sejam necessários para avaliar essa hipótese. A literatura complementar também alerta que práticas institucionais de controle podem, em determinadas circunstâncias, reproduzir dinâmicas de poder vivenciadas por mulheres com histórico de abuso [17].

O paradoxo da "mulher normal" que mata

O achado de que mulheres homicidas possuem maior inserção social desmonta o estereótipo da criminosa marginalizada. O fato de 51% (22/43) delas terem buscado ajuda antes do crime constitui sinal de alerta que levanta a hipótese de limitações na capacidade protetiva das redes de apoio, hipótese que requer investigação longitudinal. Uma interpretação possível, a ser testada em estudos longitudinais futuros, é a de que o crime, neste contexto, não representa primariamente um ato de predação, mas uma ruptura após falhas sucessivas de interrupção da violência doméstica.

A maternidade, presente em 67% (29/43) das mulheres no estudo sueco, introduz complexidade adicional: a separação dos filhos durante a internação pode constituir fator estressor relevante e dificultar a reintegração social.

Nota de transição: a partir deste ponto, a discussão transita de achados empíricos diretamente derivados dos seis estudos incluídos para interpretações teóricas e extrapolações que demandam validação empírica em contextos latino-americanos.

DSM-5-TR e CID-11 — implicações para a avaliação forense de mulheres

As versões mais recentes dos sistemas classificatórios, [DSM-5-TR](#) e [CID-11](#), apresentam abordagens distintas para os transtornos de personalidade. No [DSM-5-TR](#), o modelo dimensional permanece na Seção III como modelo alternativo, enquanto na [CID-11](#) o modelo dimensional é adotado como padrão diagnóstico. Esse modelo permite avaliar a gravidade e os traços de personalidade em um continuum, em vez de depender exclusivamente de classificações categoriais [18, 19].

Para a avaliação forense de mulheres, essa mudança é particularmente relevante. O modelo categorial tradicional pode patologizar padrões de desregulação emocional e relacionamentos intensos observados em mulheres com histórico de trauma, rotulando-as como "borderline". O modelo dimensional, por sua vez, pode favorecer uma avaliação mais

contextualizada desses traços, considerando experiências adversas e sua gravidade funcional sem recorrer automaticamente a rótulos estigmatizantes. Essa transição conceitual, mais avançada no [CID-11](#) do que no [DSM-5-TR](#), pode contribuir para reduzir o viés de gênero na avaliação pericial, embora sua implementação prática em contextos forenses ainda demande validação em amostras femininas latino-americanas.

Lacunas de conhecimento e invisibilidade no sul global

Identificamos quatro lacunas críticas na literatura:

A ausência de dados longitudinais na américa latina

Desconhecemos os desfechos de longo prazo das mulheres que entram em medida de segurança no Brasil: elas reincidem? Reintegram-se? Ou permanecem em ciclos prolongados de institucionalização sem critérios claros de desinternação?

O ponto cego da interseccionalidade

A ausência de variáveis raciais nos estudos forenses psiquiátricos incluídos constitui lacuna significativa. No contexto brasileiro, dados do INFOPEN de 2022 indicam importante concentração de mulheres negras e jovens na população carcerária feminina geral [2]. Esses dados não se referem especificamente a mulheres em medida de segurança em HCTP, para as quais não há dados raciais sistematizados no material consultado. Desconhece-se, portanto, como o racismo estrutural pode modular o diagnóstico de periculosidade ou a probabilidade de receber medida de segurança; essa questão demanda investigação empírica específica e não pode ser inferida apenas dos estudos de alta renda aqui revisados.

Carência de validação de instrumentos

O [HCR-20](#) foi desenvolvido e validado predominantemente em amostras masculinas. Sua aplicação em mulheres deve considerar limitações específicas de gênero e ser interpretada com cautela [10].

Nesse contexto, o *Female Additional Manual* (FAM), manual complementar ao HCR-20 desenvolvido por [20], propõe a consideração de fatores adicionais relevantes para mulheres, incluindo aspectos relacionados à vitimização, à saúde mental e às responsabilidades de cuidado. Esses fatores dialogam com os determinantes traumáticos e sociais identificados nesta revisão. A ausência de estudos latino-americanos que validem o FAM

em amostras locais reforça a lacuna de instrumentos culturalmente sensíveis para avaliação de risco de mulheres infratoras no Brasil [20].

O silêncio da experiência subjetiva

Há escassez de estudos qualitativos que deem voz às próprias mulheres internadas. A quase totalidade da produção científica é “sobre” elas, não “com” elas.

Contextos forenses como culturalmente específicos

Os achados do estudo sueco [1], embora robustos em seu contexto de alta renda com registros nacionais integrados, não devem ser generalizados de forma acrítica para a realidade latino-americana. Contextos forenses são cultural e institucionalmente específicos, e a extrapolação de resultados entre sistemas distintos requer cautela metodológica e reconhecimento explícito das diferenças estruturais.

Ausência de estudos brasileiros comparativos como achado

A ausência de estudos brasileiros comparativos sobre mulheres em medida de segurança no período 2008–2025 configura, nesta revisão, um achado em si, e não apenas uma limitação metodológica. Dois estudos brasileiros descritivos com amostras femininas forenses foram identificados durante a triagem [21, 22]. Esses estudos, conduzidos no Rio de Janeiro, caracterizaram mulheres submetidas a internação psiquiátrica forense, mas não incluíram grupo masculino nem análise comparativa de gênero.

A lacuna brasileira identificada, portanto, não corresponde à ausência absoluta de dados, mas à escassez de desenhos que permitam comparações de gênero. Os estudos [21, 22] foram utilizados como referências contextuais e não integraram a base empírica principal de seis estudos selecionada na etapa final. Essa escassez limita a formulação de políticas de saúde mental forense baseadas em evidências locais. As conclusões desta revisão sobre perfil psicopatológico e trajetórias de vitimização derivam de contextos de alta renda e devem ser interpretadas com cautela quando aplicadas ao contexto brasileiro.

Limitações e forças

Os achados refletem diretamente os termos e as bases de dados selecionados, podendo ter excluído literatura cinzenta relevante ou estudos indexados sob terminologias forenses locais. A heterogeneidade dos desenhos limita a comparabilidade direta dos dados. A força desta revisão

reside na integração de achados quantitativos com uma discussão temática sobre gênero, vitimização e contexto institucional.

A busca não incluiu literatura cinzenta (teses, dissertações, relatórios institucionais de HCTP), o que pode ter reduzido a sensibilidade para estudos regionais publicados fora de periódicos indexados, particularmente na América Latina. Adicionalmente, a simplificação das estratégias de busca em [BVS](#), [SciELO](#) e [PsycINFO](#) pode ter reduzido a sensibilidade da revisão para literatura regional e parcialmente contribuído para a ausência de estudos latino-americanos elegíveis.

Não foi realizada busca complementar por rastreamento de referências (snowballing) dos estudos incluídos, limitando a identificação de estudos relevantes não capturados pelas strings eletrônicas.

O viés de publicação constitui limitação potencial desta revisão: estudos com resultados nulos ou negativos sobre diferenças de gênero em psiquiatria forense podem estar sub-representados nas bases consultadas, superestimando a consistência dos padrões identificados.

Nenhum dos estudos incluídos foi submetido a avaliação formal de risco de viés por meio de instrumentos validados para esse fim, como ROBINS-I [15]. Adicionalmente, nem todos os estudos primários reportaram medidas de efeito (odds ratio, risco relativo) com intervalos de confiança para as associações descritas.

Quando disponíveis nos artigos originais, essas medidas são citadas pontualmente no texto; no entanto, a heterogeneidade de desenhos e a ausência de dados de variância coerentes impossibilitam síntese quantitativa ou meta-analítica, o que constitui limitação relevante para a interpretação das conclusões. A adaptação de [STROBE](#) utilizada examinou apenas a qualidade descritiva do relato metodológico, enquanto a tabela inspirada em ROBINS-I foi empregada de modo estritamente descritivo para explicitar limitações recorrentes dos estudos, sem permitir classificação formal de risco de viés.

A ausência de descrição sistemática de dados faltantes nos estudos incluídos impede a avaliação de viés de seleção e pode ter inflado as estimativas de prevalência reportadas.

Estudos recentes têm avançado na compreensão de trajetórias criminais femininas sob a perspectiva de pathways [6, 23], enfatizando rotas

distintas de entrada no sistema de justiça criminal mediadas por vitimização, transtornos mentais e desvantagem socioeconômica. Estudos de coorte populacional, como [24], também contribuem para compreender fatores situacionais associados à criminalidade violenta em pessoas com transtornos psicóticos.

CONCLUSÃO

Esta revisão integrativa identificou diferenças relevantes entre trajetórias forenses femininas e masculinas, com predominância de transtornos do Cluster B, maior frequência de diagnóstico borderline em mulheres, maior frequência do diagnóstico de transtorno de personalidade antissocial em homens e destaque para a vitimização prévia como elemento recorrente nas trajetórias femininas. Esses achados, entretanto, devem ser interpretados com cautela, pois derivam de apenas seis estudos observacionais, todos oriundos de países de alta renda, sem evidência comparativa brasileira na síntese, o que limita a generalização e impede inferências causais. Ainda assim, os resultados reforçam a importância de futuras pesquisas nacionais com desenho comparativo de gênero, incorporação de variáveis sociais e avaliação de abordagens clínicas e periciais mais sensíveis ao trauma e ao contexto socioeconômico.

Referências

1. Yourstone J, Lindholm T, Kristiansson M. Women who kill: a comparison of the psychosocial background of female and male perpetrators. *Int J Law Psychiatry*. 2008;31(4):374-83.
<https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2008.06.005> PMID:18678408
2. Ministério da Justiça e Segurança Pública (BR). Secretaria Nacional de Políticas Penais. 13º Ciclo INFOPEN: Brasil, dezembro de 2022 [Internet]. Brasília: SENAPPEN; 2023 [citado 2026 Jul 30]. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-dez-2022.pdf>
3. Whittemore R, Knafl K. The integrative review: updated methodology. *J Adv Nurs*. 2005;52(5):546-53.
<https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x> PMID:16268861

- 4. Mendes KDS, Silveira RCCP, Galvão CM. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto Enferm*. 2008;17(4):758-64.
<https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>
- 5. Meloy JR, Boyd CA. Female stalkers and their victims. *J Am Acad Psychiatry Law*. 2003;31(2):211-19.
<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12875500/> PMID: 12875500
- 6. Salisbury EJ, Van Voorhis P. Gendered pathways: a quantitative investigation of women probationers' paths to incarceration. *Crim Justice Behav*. 2009;36(6):541-66.
<https://doi.org/10.1177/0093854809334076>
- 7. Braun V, Clarke V. Using thematic analysis in psychology. *Qual Res Psychol*. 2006;3(2):77-101.
<https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- 8. Page MJ, McKenzie JE, Bossuyt PM, Boutron I Hoffmann, TC, Mulrow CD, Shamseer L, Tetzlaff JM, Akl EA, Brennan SE, Chou R, Glanville J, Grimshaw JM, Hróbjartsson A, Lalu MM, Li T, Loder EW, Mayo-Wilson E, McDonald S, McGuinness L, Stewart LA, Thomas J, Tricco AC, Welch VA, Whiting P, Moher D. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*. 2021;372:n71. <https://doi.org/10.1136/bmj.n71> PMid:33782057
- 9. Henrichs J, Bogaerts S, Sijtsema J, Klerx-van Mierlo F. Intimate partner violence perpetrators in a forensic psychiatric outpatient setting: criminal history, psychopathology, and victimization. *J Interpers Violence*. 2015;30(12):2109-28.
<https://doi.org/10.1177/0886260514552272> PMid:25287409
- 10. Garcia-Mansilla AR, Rosenfeld B, Cruise KR. Violence risk assessment and women: predictive accuracy of the HCR-20 in a civil psychiatric sample. *Behav Sci Law*. 2011;29(5):623-33.
<https://doi.org/10.1002/bsl.1005> PMid:21898578
- 11. Carabellese F, Felthous AR, Mandarelli G, Montalbò D, La Tegola D, Rossetto I, Franconi F, Catanesi R. Psychopathy in Italian female

murderers. Behav Sci Law. 2019;37(5):602-13.
<https://doi.org/10.1002/bsl.2430> PMid:31762094

12. Viljoen S, Nicholls T, Greaves C, de Ruiter C, Brink J. Resilience and successful community reintegration among female forensic psychiatric patients: a preliminary investigation. Behav Sci Law. 2011;29(5):752-70. <https://doi.org/10.1002/bsl.1001> PMid:21796675

13. de Vogel V, Stam J, Bouman YHA, Ter Horst P, Lancel M. Violent women: a multicentre study into gender differences in forensic psychiatric patients. J Forensic Psychiatry Psychol. 2016;27(2):145-68. <https://doi.org/10.1080/14789949.2015.1102312>

14. von Elm E, Altman DG, Egger M, Pocock SJ, Gøtzsche PC, Vandenbrouck JP. The Strengthening the Reporting of Observational Studies in Epidemiology (STROBE) statement: guidelines for reporting observational studies. Lancet. 2007;370(9596):1453-57. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(07\)61602-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(07)61602-X) PMid:18064739

15. Sterne JAC, Hernán MA, Reeves BC, Savović J, Berkman ND, Viswanathan M, Henry D, Altman DG, Ansari MT, Boutron I, Carpenter JR, Chan A-W, Churchill R, Deeks JJ, Hróbjartsson A, Kirkham J, Jüni P, Loke YK, Pigott TD, Ramsay CR, Regidor D, Rothstein HR, Sandhu L, Santaguida PL, Schünemann HJ, Shea B, Shrier I, Tugwell P, Turner L, Valentine JC, Waddington H, Waters E, Wells GA, Whiting PF, Higgins JPt. ROBINS-I: a tool for assessing risk of bias in non-randomised studies of interventions. BMJ. 2016;355:i4919. <https://doi.org/10.1136/bmj.i4919> PMid:27733354

16. Ministério da Saúde (BR). Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. O Plenário do Conselho Nacional de Saúde em sua Quinquagésima Nona Reunião Extraordinária, realizada nos dias 06 e 07 de abril de 2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006 [Internet]. Brasília: MS; 2016 [citado 2026 Jul 30]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html

- 17. Ali S, Adshead G. Just like a woman: gender role stereotypes in forensic psychiatry. *Front Psychiatry*. 2022;13:840837.
<https://doi.org/10.3389/fpsy.2022.840837> PMid:35444574
PMCID:PMC9014176
- 18. American Psychiatric Association. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders: DSM-5-TR* [Internet]. 5th ed., text rev. Washington, DC: American Psychiatric Association Publishing; 2022 [citado 2026 Jul 30]. Disponível em:
<https://doi.org/10.1176/appi.books.9780890425787>
- 19. World Health Organization. *International Classification of Diseases, 11th Revision (ICD-11)* [Internet]. Geneva: World Health Organization; 2019 [citado 2026 Jul 30]. Disponível em:
<https://icd.who.int/en/>
- 20. de Vogel V, de Vries Robbé M, van Kalmthout W, Place C. *Female Additional Manual (FAM): additional guidelines to the HCR-20 for assessing risk for violence in women*. Utrecht: Van der Hoeven Kliniek; 2012. Disponível em:
<https://pure.amsterdamumc.nl/en/publications/female-additional-manual-additional-guidelines-to-the-hcr-20-for-/>
- 21. Valença AM, Nardi AE, Nascimento I, Jozef F, Mendlowicz MV. Homicide by a forensic female sample in Brazil: a preliminary study. *J Forensic Sci*. 2014;59(3):790-92. <https://doi.org/10.1111/1556-4029.12373> PMid:24502443
- 22. Valença AM, de Moraes TM, Meyer LF, de Petribú KCL, Nardi AE, Mendlowicz MV. Violent behavior by involuntarily committed female offenders with mental disorders: a population-based case series. *J Forensic Sci*. 2021;66(2):656-63. <https://doi.org/10.1111/1556-4029.14638> PMid:33253419
- 23. Daly K. *Gender, Crime, and Punishment*. New Haven: Yale University Press; 1994.
- 24. Sariaslan A, Lichtenstein P, Larsson H, Fazel S. Triggers for violent criminality in patients with psychotic disorders. *JAMA Psychiatry*. 2016;73(8):796-803.
<https://doi.org/10.1001/jamapsychiatry.2016.1349> PMid:27410165

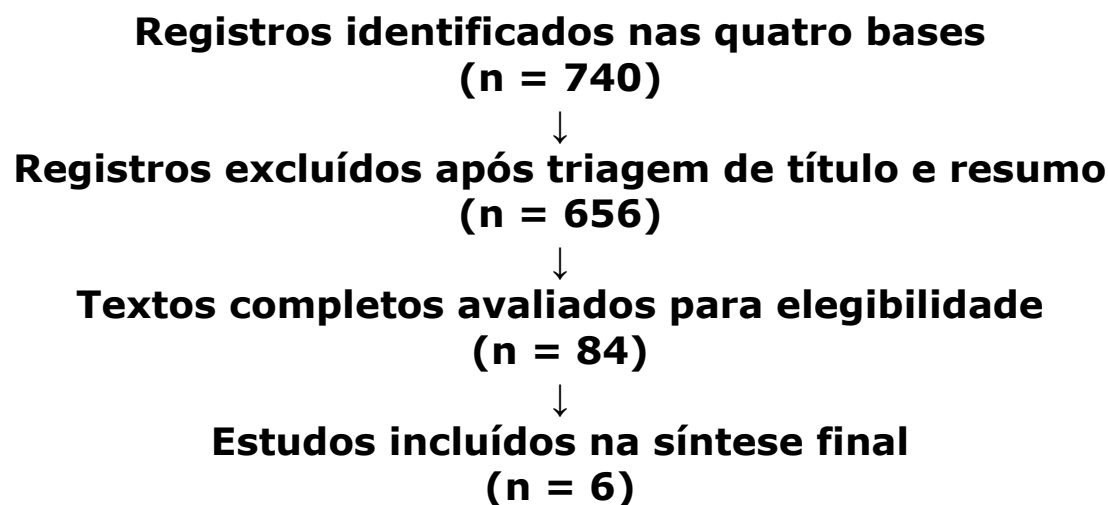


Figura 1. Fluxo simplificado de seleção dos estudos com base nas contagens disponíveis

Fonte: Os autores.

📌 **Tabela 1.** Resumo dos estudos incluídos na análise final (n = 6)

Autor (Ano)	País	n	Desenho	Foco Temático
Yourstone et al. (2008) [1]	Suécia	86	Comparativo retrospectivo	Perfil psicossocial de homicidas
Henrichs et al. (2015) [9]	Holanda	119	Comparativo retrospectivo	Violência por parceiro íntimo
Garcia-Mansilla et al. (2011) [10]	EUA	827	Comparativo retrospectivo	HCR-20 em amostra psiquiátrica civil
Carabellese et al. (2019) [11]	Itália	47	Retrospectivo descritivo	Psicopatologia em homicidas
Viljoen et al. (2011) [12]	Canadá	48	Retrospectivo com seguimento	Reintegração comunitária em mulheres
de Vogel et al. (2016) [13]	Holanda	550	Comparativo retrospectivo	Diferenças de gênero em pacientes forenses

Fonte: Os autores.

Nota: Os desenhos foram classificados a partir dos métodos relatados nos artigos originais.



↑ **Tabela A1.** Caracterização dos estudos incluídos na revisão integrativa (n = 6)

Autor (Ano)	Título	Periódico (volume e páginas)	País	Desenho; N (M/H)	Critério de inclusão
Yourstone et al. (2008) [1]	Women who kill: A comparison	Int J Law Psychiatry. 2008;31(4):374–383	Suécia	Retrospectivo; 86 (43M/43H)	Perfil psicossocial de homicidas
de Vogel et al. (2016) [13]	Violent women: multicentre study	J Forensic Psychiatry Psychol. 2016;27(2):145–168	Holanda	Retrospectivo; 550 (275M/275H)	Diferenças de gênero
Garcia-Mansilla et al. (2011) [10]	Violence risk assessment: HCR-20 in women	Behav Sci Law. 2011;29(5):623–633	EUA	Retrospectivo; 827	Validação do HCR-20
Viljoen et al. (2011) [12]	Resilience and community reintegration	Behav Sci Law. 2011;29(5):752–770	Canadá	Retrospectivo; 48 mulheres	Reintegração comunitária
Henrichs et al. (2015) [9]	Intimate partner violence perpetrators	J Interpers Violence. 2015;30(12):2109–2128	Holanda	Retrospectivo; 119	Violência por parceiro íntimo
Carabellese et al. (2019) [11]	Psychopathy in Italian female murderers	Behav Sci Law. 2019;37(5):602–613	Itália	Retrospectivo descritivo; 47 mulheres	Psicopatia em homicidas

Fonte: Os autores.

Nota: M = mulheres; H = homens. Os desenhos metodológicos foram classificados a partir dos métodos relatados nos artigos originais.

↑ **Tabela 2.** Avaliação da qualidade descritiva do relato dos estudos incluídos segundo domínios adaptados das diretrizes [STROBE](#) [14]

Estudo	Desenho	Amostra	Desfech.	Confund.	Estatística	Limitações	Conflito
Yourstone et al. (2008) [1]	Retrosp. comp.	Sim	Sim	Parcial	Apropriada	Sim	Não
Henrichs et al. (2015) [9]	Retrosp. comp.	Sim	Sim	Parcial	Apropriada	Sim	Não
Garcia-Mansilla et al. (2011) [10]	Retrosp. comp.	Sim	Sim	Parcial	Apropriada	Sim	Não
Carabellese et al. (2019) [11]	Retrosp. descritivo	Sim	Sim	Parcial	Apropriada	Sim	Não
Viljoen et al. (2011) [12]	Retrosp. c/ seguimento	Sim	Sim	Parcial	Apropriada	Sim	Não
de Vogel et al. (2016) [13]	Retrosp. comp.	Sim	Sim	Parcial	Apropriada	Sim	Não

Fonte: Os autores.

Nota: Confund. = controle de confundidores; Conflito = declaração de conflitos de interesse. “Sim” = critério plenamente atendido conforme relato do artigo original; “Parcial” = critério parcialmente atendido (ex.: alguns confundidores reconhecidos, mas não controlados estatisticamente); “Não” = critério não atendido conforme relato do artigo original. Não foram incluídos estudos qualitativos no corpus analítico principal; todos os estudos incluídos são observacionais quantitativos (transversais ou retrospectivos), sendo o [STROBE](#) aplicável a todos.

↑ **Tabela 3.** Caracterização descritiva de limitações potenciais dos estudos incluídos em domínios inspirados em ROBINS-I, sem constituir avaliação formal de risco de viés

Estudo	Desenho	Viés de Seleção	Viés de Informação	Viés de Confundimento	Viés de Relato	Avaliação Geral
Yourstone et al. (2008) [1]	Retrosp. comp.	Moderado	Alto	Moderado	Moderado	Moderado
Henrichs et al. (2015) [9]	Retrosp. comp.	Moderado	Moderado	Moderado	Moderado	Moderado
Garcia-Mansilla et al. (2011) [10]	Retrosp. comp.	Moderado	Alto	Moderado	Moderado	Moderado
Carabellese et al. (2019) [11]	Retrosp. descritivo	Moderado	Alto	Moderado	Moderado	Moderado
Viljoen et al. (2011) [12]	Retrosp. c/ seguimento	Baixo	Moderado	Moderado	Moderado	Moderado
de Vogel et al. (2016) [13]	Retrosp. comp.	Moderado	Moderado	Moderado	Moderado	Moderado

Fonte: Os autores.

Nota: Caracterização descritiva baseada em domínios inspirados em ROBINS-I [15], utilizada apenas para explicitar limitações metodológicas recorrentes dos estudos incluídos, sem constituir avaliação formal de risco de viés. Estudos retrospectivos tendem a apresentar maior vulnerabilidade a viés de informação em razão da dependência de registros institucionais prévios; estudos transversais apresentam limitações de seleção e temporalidade. Todos os estudos apresentam limitações de relato por dependerem de dados de registros institucionais ou de entrevistas sem triangulação de fontes.

↑ **Tabela 4.** Distribuição geográfica dos estudos incluídos (n = 6)

Região	n	%
América do Norte (EUA/Canadá)	2	33,3%
Europa (Suécia, Holanda, Itália)	4	66,7%
América Latina	0	0,0%
Brasil (específico em medida de segurança)	0	0,0%

Fonte: Os autores.

Nota: A soma reflete os estudos primários nos quais o país de origem foi claramente identificado nos metadados de extração.

**Tabela 5.** Comparação de antecedentes psicossociais entre mulheres e homens homicidas

Variável	F_n	F_%	M_n	M_%	n_F	n_M
Clima emocional familiar desfavorável	28	68%	16	40%	41	40
Abuso sexual na infância	14	34%	2	5%	41	41
Abuso físico na infância	19	46%	12	30%	41	41
Experiências traumáticas	9	22%	9	23%	41	41
Responsável com doença mental	17	41%	5	12%	42	43
Comportamento agressivo na infância	9	22%	18	45%	41	40

Fonte: Baseado em dados extraídos de [1].

Testes estatísticos: teste exato de Fisher (unilateral) para hipóteses direcionais e teste χ^2 para análises exploratórias, conforme relato dos autores. Valores de $p < 0,05$ para comparações marcadas; ns = não significativo. Correção de Bonferroni aplicada para variáveis exploratórias ($\alpha = 0,00625$).

Nota: Amostra total de 86 indivíduos (43 mulheres, 43 homens). Os valores de n_F e n_M por variável refletem dados disponíveis após exclusão de casos com informação faltante, conforme original. Todas as proporções foram verificadas contra o artigo original (por exemplo, $14/41 = 34,1\%$; $28/41 = 68,3\%$). Intervalos de confiança não reportados no estudo original.

↑ **Apêndice A. Estratégia de busca completa por base de dados**

As buscas foram executadas em 7 de dezembro de 2025. Para as bases [BVS](#), [SciELO](#) e [PsycINFO](#), foram utilizadas estratégias de busca simplificadas em razão de limitações técnicas das respectivas interfaces de pesquisa, que não suportavam consistentemente a execução de strings com operadores booleanos complexos e campos específicos (título, resumo, DeCS/MeSH) sem retornar erros de sintaxe ou resultados vazios.

B.1 PubMed (MEDLINE)

Data de execução: 7 de dezembro de 2025

String principal (planejada):

("Forensic Psychiatry"[Mesh] OR "Insanity Defense"[Mesh]) AND ("Women"[Mesh] OR "Female"[tiab]) AND (2008:2025[dp])

String efetivamente executada:

("Forensic Psychiatry"[Mesh] OR "Insanity Defense"[Mesh]) AND ("Women"[Mesh] OR "Female"[tiab]) AND (2008:2025[dp])

Resultados retornados: 282 registros

Filtros aplicados: Período de publicação 2008–2025; idioma: inglês, português, espanhol.

B.2 BVS (LILACS + Coleção Completa)

Data de execução: 7 de dezembro de 2025

String planejada:

(psiquiatria forense) AND (gênero OR diferenças de gênero OR mulheres OR mulher OR feminino)

String efetivamente executada:

psiquiatria forense mulher

Resultados retornados: 285 registros

Filtros aplicados: Coleção Completa BVS; idioma: português, espanhol, inglês.

Nota: A interface da BVS não suportou a execução da string com operadores booleanos complexos, retornando erro de sintaxe. Após múltiplas tentativas, optou-se por termo simplificado que refletisse os descritores centrais.

B.3 SciELO

Data de execução: 7 de dezembro de 2025

String planejada:

(psiquiatria forense OR forensic psychiatry) AND (mulher OR women OR female OR gênero OR gender)

String efetivamente executada:

(psiquiatria forense OR forensic psychiatry) AND (mulher OR women OR female)

Resultados retornados: 131 registros

Filtros aplicados: Período 2008–2025; coleção completa SciELO.

Nota: A string simplificada foi necessária devido à inconsistência do parser booleano da interface SciELO no período da coleta.

B.4 PsycINFO (via Portal CAPES)

Data de execução: 7 de dezembro de 2025

String planejada:

("forensic psychiatry" OR "mental health law" OR "forensic hospital" OR "criminally insane") AND ("gender differences" OR "sex differences" OR "women" OR "female" OR "female offenders")

String efetivamente executada:

forensic psychiatry women

Resultados retornados: 42 registros

Filtros aplicados: Período 2008–2025; tipo de documento: artigo de periódico; idioma: inglês.
Nota: A interface do Portal CAPES/PsycINFO não permitiu a execução da string completa com múltiplos operadores OR aninhados, retornando resultados vazios ou erro de sintaxe. A string simplificada foi adotada como estratégia alternativa.

B.5 Síntese dos Resultados da Busca

Resumo da estratégia de busca e dos resultados por base de dados

Base de dados	Resultados	Estratégia	Filtros	Limitações
PubMed (MEDLINE)	282	MeSH + tiab	2008–2025	Nenhuma
BVS	285	Termo livre	Coleção Completa	Parser inconsistente
SciELO	131	OR básico	2008–2025	Parser inconsistente
PsycINFO (CAPES)	42	Termo livre	Artigos	OR aninhado falhou
Total bruto	740	—	—	—

Fonte: Os autores
Nota: A soma dos resultados brutos (282 + 285 + 131 + 42 = 740) reflete o total de registros identificados nas quatro bases. Destes, 84 estudos foram selecionados para leitura integral, dos quais seis compuseram a síntese empírica principal.

